



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2015.
(Do Sr. INDIO DA COSTA)

Altera a redação do inciso II do § 2º do art. 43 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e insere os § 3º e § 4º.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II, do § 2º, do art. 43, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 43.

“§ 2º

“II – empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Público, inclusive a suas empresas controladas;

“§ 3º A vedação de que trata o inciso II, do § 2º, não se aplica aos empréstimos aos segurados dos regimes de previdência, na modalidade consignado, desde que respeitada a meta atuarial, definida na política de investimentos.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

As recentes mudanças na Previdência Social Brasileira, seja na esfera Nacional, Estadual e Municipal, evidenciam que estamos num contínuo aprendizado e que devemos manter a atenção redobrada, quando tratamos do futuro de nossos cidadãos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal teve um papel fundamental em nossa sociedade quando conferiu maior rigor e transparência nas contas públicas, possibilitando um planejamento mais longo das Administrações Públicas.

Contudo nos trouxe no seu bojo a vedação aos regimes oficiais de previdência social de conceder empréstimos aos seus segurados, que num dado momento mostrou-se uma decisão acertada.

Com o passar do tempo, novos desafios foram surgindo e essa vedação se mostra desatualizada, carecendo receber o ajuste necessário para se fazer justiça aos segurados que contribuem e/ou contribuíram para seus regimes de previdência, e que por esse motivo, podem também usufruir de tal patrimônio.

Outro ponto importante a destacar é que os regimes complementares têm permissão para conceder empréstimos aos seus segurados, motivo pelo qual, entendemos que a suspensão da vedação aos regimes obrigatórios tornará a questão igualitária em ambos os casos.

Por fim, dadas as dificuldades e da busca incessante dos gestores públicos por melhores, e mais seguros investimentos, que atendam o binômio risco x segurança, e também atinjam a meta atuarial, entendemos que tal alteração cumprirá seu objetivo, além de possibilitar melhores políticas públicas, cumprindo um importante caráter social.

Nestes termos, peço o integral apoio de meus pares para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, em de maio de 2015.

Deputado INDIO DA COSTA
PSD/RJ